

# **ILHA SOLTEIRA: UMA HISTÓRIA DE RIQUEZA E PODER (1952-1992)**

GILVAL MOSCA FROELICH

**VERSÃO SINTÉTICA DA TESE DE DOUTORAMENTO DEFENDIDA EM 16 DE DEZEMBRO DE 1999 NA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SOB A ORIENTAÇÃO DA PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> MARIA DE LOURDES MONACO JANOTTI, PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM HISTÓRIA SOCIAL.**

## **INTRODUÇÃO**

### **1) OBJETIVOS**

1.1) Estudar a lógica do processo de construção e desmonte da estrutura estatal que comandou o setor elétrico brasileiro na maior parte do período 1952-1992.

1.2) Mostrar que Ilha Solteira não é uma simples experiência localizada, porque a construção de uma usina enquanto símbolo de um «grande projeto» e de um acampamento com potencial para tornar-se polo de desenvolvimento regional são peças de uma política mais ampla, sintetizando o espírito desenvolvimentista-autoritário que caracterizou o país ao longo do período estudado (1952-1992).

1.3) Estudar as temáticas do desenvolvimentismo e do autoritarismo no Brasil basicamente a partir da pesquisa empírica centrada em Ilha Solteira, respeitando porém alguns balizamentos estabelecidos pela pesquisa teórica e permitindo o afloramento de outras temáticas no manuseio da documentação.

1.4) Mapear as relações de poder em Ilha Solteira, identificando as principais forças que atuaram (CESP, Governo do Estado de São Paulo, Empreiteiras, Empresas Estrangeiras e Trabalhadores «barrageiros» na etapa de construção, acompanhadas de Empresas ligadas ao Setor Urbano, UNESP, Partidos, Políticos e Municípios da Região na etapa de «urbanização»), bem como as conexões estabelecidas com o poder central (Governo Federal, em especial órgãos e empresas responsáveis por energia elétrica).

1.5) Provar que o desenvolvimentismo não promove o desenvolvimento econômico mas apenas o enriquecimento de um grupo minoritário e que o autoritarismo não promove o desenvolvimento político mas o encastelamento de um grupo minoritário anti-democrático no poder, havendo alta probabilidade de que se trate do mesmo grupo, ainda que na forma representativa.

### **2) FONTES**

2.1) Oficiais:

- Arquivo da CESP: Atas de Reuniões, Boletins Informativos, Correspondências empresamunicípios (Pereira Barreto e Andradina), Periódicos de circulação interna (incluindo relatórios de atividades), Relatórios (estudos e pesquisas), Resoluções, Projeto História e Memória e Documentação relativa ao processo de desvinculação de Ilha Solteira (pesquisa realizada no Arquivo da Diretoria Administrativa em São Paulo em 1995).
- Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo: processo de emancipação de Ilha Solteira, abrangendo os anos de 1987 e 1988 (pesquisa realizada em 1992).
- Jornais de circulação nacional (pesquisa no Arquivo do jornal «O Estado de São Paulo»), regional e municipal.

## 2.2) Alternativas:

- Depoimentos (entrevistas, a maior parte delas concedidas em Julho de 1992 em Ilha Solteira, tendo como tema central o processo de emancipação mas realizando, simultaneamente, uma espécie de retrospectiva histórica do núcleo urbano).
- Jornais e Boletins sindicais (Boletim dos Eletricitários de Campinas, Boletim Informativo da Associação dos Empregados da CESP de São Paulo e Jornal Energia Sindical de Campinas).
- Questionários da pesquisa realizada em Ilha Solteira em 1987 por equipe técnica da CESP, como parte integrante do Projeto História e Memória da empresa.

## 3) MÉTODO

3.1) Pesquisa histórico-documental-empírica sobre Ilha Solteira, a principal âncora metodológica do trabalho.

3.2) Abstração historicamente condicionada: adoção do binômio desenvolvimentismo-autoritarismo como temática que exprime a essência da história econômica, política e social do Brasil no período 1952-1992, hipótese de trabalho permanentemente submetida a um julgamento histórico.

3.3) Interação entre teoria econômica, história e base empírica, visando alcançar os objetivos estabelecidos a partir da análise histórico-teórico-crítica das fontes, que expressam diferentes versões: da CESP, das empreiteiras, do governo, dos funcionários da CESP e das empreiteiras, da população ilhasolteirense, dos municípios da região e da população regional.

3.4) Dialética interna da história econômica do período: o desenvolvimentismo enquanto antítese do desenvolvimento econômico, definido como melhoria das condições de vida, em especial da parcela mais pobre da população (rejeita-se, portanto, a idéia de que o desenvolvimentismo seja condição necessária embora não suficiente para que ocorra o desenvolvimento econômico).

3.5) Dialética interna da história política do período: o autoritarismo enquanto antítese do desenvolvimento político, definido como ampliação do grau de democratização, em especial na forma de maior participação da população mais pobre no processo decisório (rejeita-se, portanto, a idéia de que o autoritarismo se compatibiliza mais facilmente com o planejamento do que a democracia ou de que seja condição necessária para se implantar uma verdadeira democracia, que pressuporia um saneamento político e moral expresso na eliminação da subversão e da corrupção).

## 4) TEORIA

4.1) Desenvolvimentismo e Autoritarismo como ideologia e política econômica.

- a ideologia desenvolvimentista, esposada por um setor da burguesia industrial brasileira, expressou-se concretamente no período 1952-1992 através de políticas econômicas desenvolvimentistas, supostamente ancoradas em obras de interesse social, adquirindo grande visibilidade no Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e no II PND de Ernesto de Geisel.

- a ideologia autoritária, adotada por um setor da classe política brasileira, expressou-se concretamente no período 1952-1992 através de políticas institucionais de caráter autoritário «externo» (governos de Getúlio Vargas/II, Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart), de caráter autoritário interno e externo (governos de Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo) e de caráter totalitário (governos de Costa e Silva e Garrastazu Médici), todas elas escondendo o despotismo sob o manto da «autoridade» característica dos bons governantes.

4.2) Ideologia de desenvolvimento e segurança nacional, expressão da união de desenvolvimentismo e autoritarismo.

- o principal objetivo do desenvolvimentismo é a aceleração da acumulação de capital através de uma industrialização rápida, não o «desenvolvimento» apregoado pelo governo, que reduz desenvolvimento econômico a crescimento econômico, omitindo a repartição dos frutos desse crescimento, com o intuito de esconder a aceleração da concentração de renda, que beneficia escandalosamente o capital em detrimento do trabalho.

- o principal objetivo do autoritarismo é a imposição do regime capitalista pela força, não a implantação da política social de segurança apregoada pelo governo, que reduz segurança social a segurança «nacional», tratando opositores do regime como inimigos (internos nos governos militares, incluindo Geisel ou externos no governo JK) e substituindo ou esvaziando democracias, que cedem espaço a ditaduras ou conservam tão somente a fachada. Os inimigos interno e externo são no fundo um só, uma vez que o «subversivo» que atua dentro do país é no fundo um representante do regime comunista combatido externamente, de forma que as ideologias de segurança continental e nacional fundem-se na ideologia de desenvolvimento e segurança nacional formalmente elaborada pelo general Golbery do Couto e Silva, fielmente aplicada por Castelo e Geisel e «fascistizada» por Médici.

4.3) Autoritarismo e "Totalitarismo": caracterização do regime militar brasileiro como autoritário em conjunto, diferenciando-se como autoritários os governos Castelo Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo, quando predominou o «grupo Sorbonne» e como totalitários os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici, ocasião em que prevaleceu a «linha dura». Entende-se que o "totalitarismo" à brasileira substituiu elementos característicos do nazismo e do fascismo como racismo, campos de concentração ou extermínio, práticas de terror e controle psicológico das massas por outros como tortura e morte de prisioneiros, violências contra familiares e assassinato de militantes em operações planejadas. A ligação torna-se evidente quando se percebe que o DOI-CODI foi um campo de extermínio! e principal componente do Aparato Repressivo montado naquela época.

4.4) Desenvolvimentismo, ciclo econômico e aspecto político-ideológico: constatação de que houve dois ciclos desenvolvimentistas no Brasil entre 1952 e 1992, o primeiro iniciando-se em 1952 com Vargas, atingindo seu auge cíclico com JK e entrando em crise no período 1961-1967, atravessando a ditadura, portanto, e o segundo iniciando-se em 1967, atingindo seu auge cíclico com Geisel e entrando em crise com Figueiredo; introdução de elementos político-ideológicos na análise, uma vez que as altas cíclicas costumam produzir comportamentos eufóricos na classe política dirigente, enquanto as

baixas podem até gerar mudanças políticas bruscas, como o golpe de 1964, que procurou recolocar o processo de desnacionalização e monopolização da economia que o governo Goulart interrompera.

## **CAPÍTULO I. ILHA SOLTEIRA: O PROJETO (1952-1967)**

**Introdução:** O projeto de construção da usina de Ilha Solteira surgiu durante o 1º ciclo desenvolvimentista iniciado em 1951 com Getúlio Vargas e estendeu-se até 1967, quando terminou a crise econômica deflagrada pelo Plano de Metas. Até 1964 o país viveu sob regime formalmente democrático, mas nesse ano o golpe militar iniciou um período ditatorial com o governo Castelo Branco, comandado pelo grupo Sorbonne, cujos principais expoentes eram Golbery do Couto e Silva, Humberto de Alencar Castelo Branco e Ernesto Geisel. O golpe atribuiu um novo conteúdo ideológico ao projeto Ilha Solteira, que no entanto já carregava um teor desenvolvimentista-autoritário assentado no nacionalismo tecnocrático do Plano de Metas e na doutrina de segurança continental dos EUA. A dialética do projeto deveria ter sido alimentada pela contradição entre usina e região, mas esta não ofereceu nenhum tipo de resistência, o que facilitou a rápida aprovação do projeto.

### **1) GESTAÇÃO DO PROJETO (II Governo Vargas e Governo JK)**

1.1. Vetores desenvolvimentistas federais: predominaram no Governo Vargas os grupos portadores de ideologia nacional-desenvolvimentista e no Governo JK os de ideologia desenvolvimentista associada ou nacionalista-tecnocrática.

1.2. Vetores desenvolvimentistas estaduais: predominaram os grupos portadores de ideologia nacionalista-tecnocrática, expressa no desenvolvimentismo hidrelétrico paulista, gestador do projeto Ilha Solteira.

### **2) PROJETO TÉCNICO-POLÍTICO**

2.1) O projeto italiano (EDISONBRÁS – subsidiária brasileira da Società Edison de Milão, que assinou contrato com CIBPU, com interveniência do DAEE-SP, em 27/05/1955): preterido em favor de um projeto nacional.

2.2) O projeto brasileiro (THEMAG Eng<sup>a</sup>, empresa brasileira formada por ex-consultores da USELPA e da CHERP, constituída em 1961 por ação da recém-criada CELUSA): escolhido em detrimento do projeto italiano e contando já com a presença da Camargo Correia.

### **3) PROJETO SÓCIO-URBANO-REGIONAL**

3.1) O projeto arquitetônico da CESP (Escritório de Eng<sup>a</sup> Mange & Kato): proposta de construção de um núcleo urbano definitivo, com adoção do modelo «cidade linear»; estabelecimento de 6 tipos de casas, por nível funcional e salarial da CESP, agrupando-se os blocos de casas segundo o nível profissional do trabalhador.

3.2) O projeto regional (Região de Urubupungá): a fragilidade econômica e política de Urubupungá não permitiu a elaboração de um projeto, de forma que a usina impôs-se facilmente à região.

## **CAPÍTULO II. ILHA SOLTEIRA: A USINA (1968-1973)**

**Introdução:** A construção da usina deu-se no momento em que o golpe dentro do golpe aprofundava a ditadura militar. Durante os governos Costa e Silva e Garrastazu Médici o

comando político passou do grupo Sorbonne à «linha dura», que propunha uma política totalitária assentada no fechamento do Congresso Nacional, no endurecimento do regime militar, no uso da tortura e na adoção de uma atuação governamental mais nacionalista. Num contexto em que o desenvolvimentismo ressurgia, esses governos «decretaram» que estava ocorrendo um «milagre» econômico no país. Ilha Solteira, utilizada como um símbolo nacional de grandeza, teve alterados os termos de sua dialética, alimentada agora pela contradição entre usina e acampamento. As exigências da «obra» tornaram o acampamento um verdadeiro campo de trabalhos forçados, onde as práticas tayloristas eram exacerbadas, com os supervisores transformando-se em capatazes e os administradores em policiais, bem de acordo com a referida doutrina de segurança interna, no fundo mero prolongamento da doutrina de segurança continental.

**1) GRUPO EMPRESARIAL** (a usina de Ilha Solteira enquanto um «grande projeto», isto é, um complexo empreendimento implantado por um grupo empresarial constituído de vários agentes, em geral «joint ventures»).

1.1) Empresa proprietária: CESP (empresa brasileira estadual de economia mista, geradora e distribuidora de energia elétrica, subordinada à ELETROBRÁS e ao MME).

1.2) Empresa consultora: THEMAG (empresa brasileira privada, constituída basicamente por engenheiros consultores).

1.3) Empreiteira principal: Camargo Correia (empresa brasileira privada, iniciada em 1946 por uma holding familiar que controlava também um banco, uma financeira e uma empresa de consultoria, que cresceu através da construção de Ilha Solteira, após o que ligou-se a empresas estrangeiras da área de equipamentos elétricos, mantendo-se em 51% a participação do grupo, que atualmente possui caráter multinacional e multisetorial).

1.4) Empresa montadora: Tenenge (empresa brasileira privada pertencente a uma holding familiar com fortes ligações com empresas estrangeiras, que atuou acoplada à empreiteira principal, responsabilizando-se pela montagem eletromecânica da usina de Ilha Solteira e sendo incorporada em 1986 pela Construtora Norberto Odebrecht).

1.5) Empresas e instituições internacionais

- empresas fornecedoras de equipamentos pesados modernos para o empreendimento, em geral multinacionais (mas houve reserva de no mínimo 30% do mercado para empresas nacionais).

- bancos internacionais: a instituição presente em Ilha Solteira foi o BID, o que sinaliza uma forte ligação entre o grande projeto e alguma forma de «desenvolvimento».

## **2) ACAMPAMENTO DOS BARRAGEIROS**

2.1) O acampamento, provisório em Jupia (caráter pioneiro, porte relativamente diminuto e presença próxima de Três Lagoas) e definitivo em Ilha Solteira (porte 3 vezes maior, presença distante de Pereira Barreto, baixo custo em relação à obra, megalomania dos mandatários do país).

2.2) A disponibilidade de mão-de-obra: grande massa de trabalhadores (importante presença de nordestinos) de pouca instrução, de baixo grau de qualificação, desempregada ou sub-empregada, recebendo ínfimos salários, carente de infra-estrutura, de baixo nível de organização e sindicalização na região de Urubupungá, principalmente na agricultura, constituindo um verdadeiro reservatório de mão-de-obra para a usina.

2.3) Regime político ditatorial e regime de trabalho na obra: administração autoritária na obra (figuras autocráticas do engenheiro-residente da CESP e do «administrador» da

empreiteira) e no núcleo (ao menos no início, quando o administrador foi um general); regime de trabalho caracterizado por jornadas extensas e intensas, responsáveis por altos índices de acidentes de trabalho (agravados pelo caráter de confinamento do lazer).

2.4) As reações dos trabalhadores: movimentos espontâneos de massa como o quebra-quebra ocorrido no restaurante da Camargo foram enfrentados com um nível de repressão desproporcional ao fato, que foi considerado questão de segurança nacional, o que determinou o envolvimento do Exército no conflito e a ocorrência de prisões e demissões.

2.5) Administração Especial de Ilha Solteira – AEIS: criação definitiva em 20/08/1969, para legalizar o aglomerado urbano de Ilha Solteira, localizado no distrito de Bela Floresta, município de Pereira Barreto.

2.6) A construção da usina e o «milagre» econômico: euforia (dos poderosos) e exploração (dos trabalhadores) em Ilha Solteira, fruto do «milagre»!

2.7) A construção da usina e a estrutura interna de poder

- a cidade estamental: acima das «classes sociais» criou-se um sistema à semelhança da segmentação estamental, uma vez que os seis diferentes tipos de casas foram construídos em blocos, como compartimentos estanques, praticamente sem comunicação entre si.

- barrageiros ou escravos?: a situação da população dos alojamentos era promíscua, uma vez que parte dos trabalhadores solteiros dormia amontoadas em galpões, enquanto outra parte, constituída de grupos menores dormia, também amontoadas, em cubículos. Os alojamentos assemelhavam-se às senzalas!

- inadequação do sistema de «níveis», alimentador de preconceitos e causador de brigas, inclusive entre crianças!

- inadequação das casas às famílias: a construção de mais de 2.500 casas destinadas às faixas mais baixas, justamente as casas menores abrigando as famílias maiores, colocou em evidência a questão da moradia no núcleo urbano, mas não houve qualquer manifestação organizada a respeito, seja porque todos estavam envolvidos com a «obra», seja porque não existiam canais de expressão (a inadequação da casa tipo 1 tornou-se tão flagrante que a própria CESP resolveu eliminá-la, transformando 2 casas tipo 1 em 1 casa tipo 2).

- favelas: porção não quantificada mas aparentemente expressiva da mão-de-obra não coube no acampamento, alojando-se na região, onde muitas vezes chegou a constituir favelas. É pouco provável que esta opção tenha partido dos trabalhadores, que no fundo disputavam a condição de moradores no acampamento, mesmo porque faz parte da lógica da construção de barragens a manutenção de um excedente de trabalhadores vivendo fora dos limites da obra, para estimular a competição entre eles. É também pouco provável que esses trabalhadores optassem conscientemente pela troca de segurança por «liberdade», especialmente quando esta se expressa em piores condições de vida.

### **3) INCERTEZAS COM O FUTURO**

3.1) As propostas da CESP

- a proposta de desmobilização definitiva (tecnocracia da empresa)

- a proposta de cidade definitiva (AEIS)

- a proposta (decisão) de abertura controlada do núcleo (área de Construções)

- a proposta (decisão) de apoio a Água Vermelha (área de Engenharia), que mantinha o núcleo urbano na condição de acampamento: prevaquecimento do desenvolvimentismo «obreirista» em detrimento de um desenvolvimento urbano.

3.2) Euforia e alienação em Ilha Solteira, que parece não querer encarar seu futuro incerto: a imprensa local privilegia as festas e as façanhas da «obra».

3.3) A longa convivência entre a vila (Ilha Solteira transforma-se em sede do distrito de Bela Floresta em 29/12/1971) e a administração especial, que tenta minorar os efeitos do esvaziamento pós-construção através de um mal-sucedido plano emergencial de ocupação das casas, mas que de qualquer forma inicia a implantação de uma política de desvinculação com a inauguração do Cemitério Municipal de Ilha Solteira em 18/02/1972.

3.4) Expectativas de Pereira Barreto em 1970: expressiva parcela da população pereirabarretense (60%) acreditava em uma impactação positiva de Ilha Solteira sobre Pereira Barreto, com base na esperança de um intercâmbio vantajoso para ambas. No entanto, uma expectativa de impactação negativa de Ilha Solteira sobre Pereira Barreto foi considerada por cerca de 30% dos pesquisados – índice bastante elevado para aquele momento, marcado por elevado grau de otimismo dos dois lados – cujo argumento foi profético: a futura cidade de Ilha Solteira, em razão da superioridade e da proximidade acabaria drenando as atividades econômicas da cidade de Pereira Barreto, matando-a. Caberia perguntar por que essas pessoas não se organizaram para tentar impedir a previsível morte do município onde viviam: porque parecia mais cômodo apostar no sentido contrário, o da maioria esperançosa? Ou porque era praticamente impossível mobilizar-se contra a CESP, a Camargo Correia e todo o aparato estatal que as suportava?

### **CAPÍTULO III. ILHA SOLTEIRA: A CIDADE (1974-1992)**

**Introdução:** A constituição da cidade inicia-se no governo de Ernesto Geisel, auge de uma nova etapa desenvolvimentista centrada no setor de bens de capital e estimulada pelo II PND, representando o retorno do grupo Sorbonne ao poder. Nesta fase de acampamento-núcleo urbano Ilha Solteira deixa de simbolizar o desenvolvimentismo, passando à condição secundária de fornecedora de mão-de-obra para outras usinas, inclusive Itaipu. A dialética interna do período 1974-1979 é movida pela contradição entre acampamento (apoio a Água Vermelha) e núcleo urbano (instalação da UNESP em 1976), pendendo a favor da primeira e significando, portanto, mero prolongamento da etapa de construção da usina. No governo de João Figueiredo (1979-1985) a CESP adotou uma política de desvinculação mais efetiva, cuja característica principal foi a venda de casas e a cobrança de serviços de infraestrutura, medidas que tornaram o núcleo urbano um distrito-acampamento, cuja dialética é também movida pela contradição entre a «cidade» – representada pelos setores não-barrageiros e o «acampamento» - território dos setores «obreiros» da CESP, naquele momento vinculados às obras de Três Irmãos e Canal de Pereira Barreto. O processo de emancipação de Ilha Solteira (1986-1992) deu-se em meio à crise econômica de natureza hiperinflacionária que sucedeu à crise do desenvolvimentismo mas, paradoxalmente, foi ao mesmo tempo estimulado pelo processo de redemocratização formal do país que brotou da crise do autoritarismo. A dialética interna da emancipação manifestou-se na luta entre «cidade» e região: do lado da CESP, políticos de seu entorno e a população ilhasolteirense; do lado da região o município de Pereira Barreto, praticamente sozinho. No final a região, que no início da trajetória de Ilha Solteira fora obrigada a engolir a usina, sofre agora novo revés, sendo obrigada a aceitar a nova cidade, não o polo de desenvolvimento regional projetado nos anos 60, nem mesmo uma cidade normal integrada regionalmente, mas um verdadeiro enclave, sugador de seus recursos.

#### **1) ACAMPAMENTO-NÚCLEO URBANO**

(período 1974-1979, no qual o acampamento sobrepõe-se ao núcleo urbano)

- 1.1) Indefinição da CESP com relação ao núcleo urbano de Ilha Solteira: desemprego (queda populacional de 6 mil habitantes entre 1971 e 1973) e irracionalidade (da solução Água Vermelha).
- 1.2) Redução do grau de autonomia da CESP, devido construção de Itaipu e centralização da geração de energia elétrica nas empresas federais subsidiárias da ELETROBRÁS (Furnas e Eletrosul): obrigatoriedade de compra da energia de Itaipu de imediato, desautorização da construção de novas usinas e atrelamento do desenvolvimentismo paulista ao brasileiro.
- 1.3) Água Vermelha: reserva de cerca de 1.500 das 5276 casas de Ilha Solteira (quase 30%) para essa obra, pelo menos até 1977, transformando Ilha Solteira em cidade-dormitório.
- 1.4) Inauguração da usina (19/02/1974): presença de Garrastazu Médici!
- 1.5) «Militarização» da CESP (gestão Luís Marcelo Moreira Azevedo/Capitão Ruy Machado Guimarães, com o coronel Antonio Lepiani em Ilha Solteira), resultado da desmontagem do aparato repressivo iniciada por Ernesto Geisel (1974), com a ajuda de Paulo Egydio Martins (1975).
- 1.6) Contradição «obra» x «cidade», expressão do choque entre as políticas de manutenção (ligadas a Água Vermelha) e desvinculação (ligadas à gestão Laffranchi, 1972-1976), destacando-se: eliminação da jornada de trabalho aos sábados, transferência da educação para o poder público, instalação em 1975 do campus da UNESP e democratização dos clubes.
- 1.7) UNESP: criada na gestão Lepiani com a intenção de garantir a presença de uma população rotativa de estudantes universitários capaz de influir na ocupação da cidade.
- 1.8) CESP «Energética» (27/10/1977, representando a busca de novas fontes de energia) x II PND: o fracasso do Metanol, da CESP.
- 1.9) Criação tardia da CIPA em 1978, não se conseguindo até hoje responsabilizar as autoridades – governos e empresas participantes – pelas mortes por acidente no trabalho em obras do tipo Ilha Solteira, em cuja história deve ser registrado expressivo número de «desaparecidos».
- 1.10) Abertura em Ilha Solteira: do administrador militar (Antonio Lepiani) ao civil (Helio Silva), uma imposição dos novos tempos de «abertura» política e da etapa atingida pelo processo de desvinculação, que agora exigia a presença de um administrador hábil e respeitado, capaz de implantar a cobrança de aluguéis e taxas de serviços.
- 1.11) De Geisel a Figueiredo: da CESP «Energética» à CESP «Obreira», num cenário de escassez de grandes obras.

## **2) DISTRITO-ACAMPAMENTO**

(período 1980-1985, no qual o núcleo urbano começa a impor-se já na condição de distrito, mas o acampamento conserva sua força)

- 2.1) Manutenção da «função» acampamento (destinação de 1.300 casas de Ilha Solteira para as obras de Três Irmãos e Canal de Pereira Barreto, já a partir de 1979) e aprofundamento da política de desvinculação (venda de quase 300 casas até abril de 1981 e cerca de 1.200 até julho de 1982). Helio Silva é substituído por Saul Bertolacini (junho de 1981 a agosto de 1982), de perfil mais «político».
- 2.2) O governo Montoro e o fim das «mordomias» em Ilha Solteira: a vitória da oposição nas eleições para governador no Estado de São Paulo não se estendeu à CESP, onde a maioria dos cargos ficou em mãos de pessoas situadas à direita do MDB (José



Goldemberg/Geraldo Queiroz Siqueira/João Batista Baldini Franco, entre outros), representado por Miguel Carlos Fontoura da Silva Kosma na Diretoria Administrativa e por Telésforo de Paula Prata em Ilha Solteira, onde foi implantado um cinturão verde e prosseguiram as vendas de casas (2.500 em 3 meses!). O ressurgimento das antigas denúncias de existência de privilégios em Ilha Solteira levou a CESP a eliminá-los, iniciando 1984 a cobrança de impostos, em especial do IPTU, e de taxas, principalmente de água e esgoto.

2.3) A mobilização dos trabalhadores em geral e os avanços na organização dos eletricitários: importante papel da AEC – Associação dos Empregados da CESP, que ocupou com sucesso o espaço vazio deixado pelos sindicatos do setor elétrico, na época dirigidos por sindicalistas de perfil conservador, que adotavam o modelo conhecido como «sindicalismo de resultados».

Os anos de 1984 e 1985 são especiais no plano político: de um lado a euforia das Diretas-Já, do fim do autoritarismo (ao menos formalmente) e até mesmo da escolha de Tancredo Neves para a Presidência da República no Colégio Eleitoral; de outro a frustração com a morte de Tancredo e com a posse do vice, José Sarney. O PMDB assumia o poder em todo o país, praticamente de ponta a ponta, sendo que na CESP quase nada mudou: saiu José Goldemberg e entrou Jacques Markovitch, ambos ligados frouxamente ao PMDB e ambos da USP. Mas Miguel Kozma foi substituído na Vice-Presidência Executiva por Paulo Bayardo Horta Barboza Enge, de perfil mais conservador.

2.4) Rejeição da «sub-prefeitura» de Ilha Solteira e início das lutas de emancipação: em 14/03/1986 a CESP e o governo estadual propuseram a transformação do distrito-acampamento de Ilha Solteira em sub-prefeitura de Pereira Barreto. A idéia foi rejeitada pela população de Ilha, pelo prefeito de Pereira e até mesmo pelo administrador especial. A comunidade de Ilha Solteira optou pela emancipação, criando um grupo provisório presidido pelo líder peemedebista Alcides de Aquino Garcia.

2.5) A primeira greve na CESP, respaldada pelo avanço da CUT: os cespeanos realizaram neste ano de 1986 sua primeira greve, de 20 a 24 de Fevereiro, poucos dias antes da edição do Plano Cruzado I, ocorrida dia 28. Os ótimos resultados alcançados refletiram-se nas eleições sindicais de 1987, quando o grupo ligado à CUT, apoiado pela AEC, conseguiu expressiva vitória no sindicato de Campinas, o responsável por Ilha Solteira. As greves estenderam-se à crise do Cruzado em 1987 e preservaram o fornecimento de luz à população, daí seu enorme sucesso.

2.6) O quercismo e a «politização» de Ilha Solteira: o comando da equipe econômica federal passou de Dilson Funaro para Luís Carlos Bresser Pereira em 1987, o que de certa forma significou um aumento do grau de tecnocratismo, na tentativa de corrigir os problemas criados pelo Plano Cruzado. Em São Paulo Orestes Quercia tornou-se o novo governador e, ao mesmo tempo, o principal líder do PMDB, o que significou a substituição do perfil ideológico e ético que norteou a administração de Franco Montoro por um perfil de natureza fisiológica, que se estendeu à CESP (gestão Wilson de Araujo Costa/Sergio Sampaio Laffranchi, com Felício Yunes assumindo a administração de Ilha em 23/06/1987).

2.7. O processo de emancipação

- 1987: criação da Comissão de Emancipação do Distrito de Bela Floresta (leia-se Ilha Solteira) em Maio; tramitação do processo de emancipação de Ilha Solteira na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo por 5 anos, antes da aprovação pela Comissão de Assuntos Municipais.

- 1988: promulgação de uma nova Constituição, social-democrática, em contraste com as

mudanças na equipe econômica do governo (Mailson em lugar de Bresser) e na CESP (Murilo Macedo na Presidência).

- 1989: inúmeras assembléias e greves em Jupiá/Ilha Solteira e eleição de Edson Gomes como prefeito de Pereira Barreto com os votos de Ilha Solteira.
- 1990: vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, cujos ataques às mordomias e aos marajás das empresas públicas ao menos respingou em Ilha, castigada anteriormente por denúncias nesse sentido; persistência do critério «político» na escolha de cargos na CESP (gestão Clodoaldo Medina).
- 1991: com Luiz Antonio Fleury Filho no governo do Estado de São Paulo, a CESP muda (gestão Fernando Augusto Cunha, com José Fernando da Costa Boucinhas na Presidência do Conselho de Administração); impugnação «ética» de Joaquim Cardoso Lemos e indicação de Helio Boldorini (subordinado a Maurício Esteves, da CESP-São Paulo) como administrador de Ilha Solteira; transformação de Ilha Solteira em município em 30/12/1991, através da lei estadual 7664, embasada em plebiscito, sendo que no processo de «negociação» com Pereira Barreto, Ilha Solteira ficou com a usina (ICMS).
- 1992: realização de eleições e escolha de Edson Gomes para prefeito de Ilha.

### **3) MUNICÍPIO**

(período 1986-1992, onde o núcleo urbano caminha em direção à municipalização, conservando porém as marcas do acampamento)

#### **3.1) O projeto de emancipação da CESP.**

- depoimento do último administrador de Ilha Solteira, José Hélio Boldorini (pesquisa realizada em Julho de 1992): identificação plena com os interesses da empresa, expressa na defesa sem restrições de todos os seus atos, em especial sua política de emancipação, sendo previsível uma retirada triunfal.
- leitura do secretário de Cultura: Luis Antônio Dias culpou o paternalismo da CESP pela total falta de iniciativa da população, em especial no campo cultural, considerando a municipalização uma oportunidade para a cidade encontrar sua identidade. Quase todos seriam culpados pela falta de cultura em Ilha: a crise, o MEC, a população, ele próprio, menos a CESP.
- a resposta de expressiva parcela de jovens, participantes da primeira reunião para a formação do Conselho Municipal da Mulher, realizada na Casa de Cultura: apresentação de vários projetos culturais em andamento!.

#### **3.2) O projeto de emancipação dos setores organizados das classes média e alta de Ilha Solteira (que praticamente assumiram o projeto da CESP).**

- a visão de Alcides de Aquino Garcia, o «Cidinho», ex-presidente da Comissão de Emancipação: entendimento de que a emancipação seria um trabalho de conscientização (postura de cúpula) e apresentação de histórico preciso mostrando o sentido conflituoso da relação CESP x Pereira Barreto, daí sua preocupação (postura de cúpula) com o vazamento de informações para Pereira.
- a visão de Antonio Carlos da Silva, o Toninho, do PT, presidente da Comissão de Transição: embora demonstrando preocupação com a representatividade da comissão, seu entendimento da emancipação foi também enquanto «liderança». Na verdade a Comissão de Transição é um mero prolongamento da Comissão de Emancipação, ambas atuando em sintonia com a comissão da CESP.

#### **3.3) O projeto da população trabalhadora mais simples de Ilha Solteira.**

Aloísio Francisco da Silva, na época presidente do Centro de Convivência da Terceira Idade, revelou em sua espontânea narrativa o incrível poder da CESP, do PMDB e do governo do Estado manifestado num simples projeto de horta comunitária idealizado pelos trabalhadores e distorcido pela empresa. Sr. Aloísio é certamente uma das raras pessoas em Ilha Solteira que vem enfrentando a CESP em nome dos «de baixo», os barrageiros, que naquele momento teriam se transformado nos «idosos» de Ilha Solteira. Não deu importância maior à emancipação, considerando-a uma armadilha para Ilha Solteira, que poderia tornar-se escrava dos apetites políticos.

Manoel da Silva Amorim, o Baiano, servente do Cemitério de Ilha Solteira, empregado da empreiteira Bauruense, também não tratou de emancipação. Referiu-se aos «níveis» de Ilha Solteira, utilizando como exemplo os clubes de lazer (o clube 5-6 foi definido como o clube dos «de cima»), ao mesmo tempo que fez questão de mostrar túmulos de médicos para frizar que ao menos na morte os «níveis» desapareciam. É bastante provável que ele visse a emancipação como um projeto dos de cima.

3.4) O projeto dos políticos de Pereira Barreto, em rota de colisão com os de Ilha, revelando uma rivalidade antiga: o vereador e presidente da Câmara Municipal de Pereira Barreto, Armando Trentim, lamentou, 25 anos depois, a atitude do general Fragozo que, quando administrador de Ilha Solteira, teria obrigado Pereira a construir uma zona de prostituição. Mas a entrevista revelou que, mais que a zona de prostituição, foi a própria cidade de Ilha Solteira que de fato incomodou Pereira Barreto, cujo interesse era abrigar os trabalhadores (o que não ocorreu em Três Lagoas na relação do mesmo tipo travada com Jupia). Por outro lado, Armando traça um perfil pouco lisonjeiro dos barrageiros, vendo-os como nômades, mas esta avaliação acaba sendo contraditória com o desejo de que a CESP os instalasse em Pereira, sendo fruto, possivelmente, do desgosto provocado pela decisão da empresa de construir uma cidade para alojar a mão-de-obra da usina, desprezando a infra do município vizinho. É fruto, também, do desânimo provocado pela decadência do município ao longo dos anos.

Outro vereador de Pereira Barreto, Anedino Plínio Novaes, criticou a não construção do acampamento em Pereira Barreto por questão de segurança, argumentando que em Fernandópolis foi construída uma vila para atender Água Vermelha (o vereador demonstrou não conhecer o «modelo» Água Vermelha, comparando projetos completamente diferentes). O depoimento prossegue investindo contra Ilha Solteira, não apenas contra a cidade – porque, afinal, a função da CESP não era administrar cidades – mas também contra a usina, cuja construção teria provocado inúmeros problemas econômicos (inundações) e ecológicos (destruição de cachoeiras). Uma forma de compensar o município seria o barateamento da energia elétrica, cuja tarifa deveria ser máxima em São Paulo e mínima em Pereira Barreto ou a reposição gradativa do ICMS gerado pela usina.

3.5) História da relação CESP x Pereira Barreto no período 1980-1991: a maior parte das iniciativas partiu de Pereira Barreto, especialmente da Prefeitura e da Câmara Municipal (total de 331 ofícios), referindo-se em geral a reivindicações de caráter público ou privado, bem como a pedidos de explicação, críticas, etc. (apenas 13,3% do tipo «cobrança»), dirigindo-se preferencialmente à Presidência, à Diretoria Administrativa e a diretorias técnicas da CESP.

A maioria dos «pedidos» não foi atendida pela CESP, até mesmo nos casos de reconstrução de prédios direta ou indiretamente afetados pelas obras da empresa, cujas decisões eram embasadas em pareceres técnicos de caráter micro-econômico que levavam

em conta a minimização de custos e desconsideravam aspectos sociais ou regionais, exatamente os priorizados no Protocolo de Intenções anteriormente assinado entre CESP e Pereira. Por outro lado, os pedidos de Pereira Barreto voltavam-se quase sempre ao atendimento de interesses individuais ou de pequenos grupos, em geral de médios ou grandes proprietários, desconsiderando igualmente os interesses da população.

Apenas 5 dos 331 ofícios enviados por Pereira Barreto à CESP referiam-se de alguma forma à emancipação de Ilha Solteira, sendo o primeiro neutro (11/01/1985), o segundo indeciso (08/06/1987), o terceiro e quarto contrários (20/10/1989 e 06/11/1989) e o último favorável (16/11/1989), surpreendentemente assinado por todos os vereadores de Pereira Barreto, significando o reconhecimento da derrota.

### 3.6) Desfecho do processo de municipalização

A derrota de Pereira Barreto é o resultado previsível de um longo processo de luta desigual que se arrastou por cerca de 40 anos. Os presumíveis vencedores: a CESP, as empreiteiras e sub-empreiteiras, as empresas fornecedoras de equipamentos, as empresas comerciais e de serviços que atuaram e atuam em Ilha Solteira, a elite de empregados aposentados da CESP e das empreiteiras que vive em Ilha Solteira, os políticos da região e de fora que se projetaram através da emancipação de Ilha Solteira, os fazendeiros e assemelhados atingidos por inundação ou qualquer outro impacto provocado pela construção das usinas da CESP na região e que foram devidamente indenizados. Os presumíveis perdedores: Pereira Barreto, a Região de Urubupungá, os barrageiros expulsos da região por falta de emprego (o que significa a tendência ao desaparecimento da categoria «barrageiros aposentados» que vivem em Ilha Solteira), a população regional diretamente desempregada em função da criação do município de Ilha Solteira e a população de atingidos por inundação ou qualquer outro impacto provocado pela construção das usinas da CESP que não foi devidamente indenizada, em geral constituída de pequenos proprietários.

Em síntese, após ter dado significativa contribuição ao desenvolvimentismo nacional através da implantação do projeto Ilha Solteira-usina, a CESP fraquejou em sua contribuição ao desenvolvimento regional, não logrando transformar Ilha Solteira em polo de crescimento econômico ou mesmo em cidade normal da região, porque não conseguiu livrá-la da aura de cidade-CESP.

Muito mais do que um exemplo de luta pela redemocratização do país, a emancipação de Ilha Solteira representou o ponto culminante da implantação da política de retirada da CESP da região: um final até certo ponto melancólico, afinado com o simultâneo desfecho do desenvolvimentismo e do autoritarismo no Brasil. O desenvolvimentismo autoritário hidrelétrico paulista orientou a acumulação de capital em direção à Grande São Paulo decretando, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento da Região de Urubupungá.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os quarenta anos da história de Ilha Solteira percorridos ao longo deste trabalho constituem importante testemunho da história sócio-político-econômica do Brasil e do Estado de São Paulo na segunda metade do século. Os níveis de riqueza e poder mapeados na construção da usina e da cidade de Ilha Solteira expressaram, de alguma forma, aspectos do capitalismo brasileiro, particularmente nas formas históricas assumidas pelo desenvolvimentismo e pelo autoritarismo.

Em alguns raros momentos o desenvolvimentismo converteu-se em desenvolvimento e o autoritarismo em planejamento. Isso ensejou a construção de um utópico modelo de desenvolvimento planejado que, no entanto, jamais concretizou-se, pois essa não era a verdadeira vocação do sistema como um todo.

De maneira geral prevaleceu um modelo capitalista dependente, caracterizado pela ampliação do poder econômico de grupos cada vez mais restritos (concentração do capital) e pela simultânea localização desse poder econômico em pequenos espaços (centralização do capital), com a conseqüente ampliação do poder político correspondente, na forma de um desenvolvimentismo autoritário cujas marcas ainda estão presentes nos dias atuais.

A implantação do desenvolvimento planejado tem-se revelado pouco compatível com o modo de produção capitalista, porque os objetivos são conflitantes, especialmente quanto à distribuição de renda, uma variável que o capitalismo dependente não consegue priorizar: no Brasil a concentração de renda tem aumentado persistentemente, até mesmo em períodos de crescimento econômico!

Percebe-se que o chamado Estado do Bem-Estar Social ou Estado social-democrata, alcançado pelos mais ricos países capitalistas, expresso na ampliação do grau de distribuição de renda e dos índices de proteção social – especialmente seguro-desemprego, educação e saúde – foi viabilizado tanto em função das lutas dos trabalhadores desses países como do confronto externo exercido pelo modelo socialista. O sistema soviético, em particular, conseguiu implantar o desenvolvimento planejado com sucesso durante algum tempo, embora às custas da supressão do sistema democrático de governo e das liberdades individuais. Problemas econômicos, como a burocratização do sistema de planejamento, dificuldades de concretizar um planejamento agrícola e o despreparo para lidar com pressões consumistas acabaram contribuindo para o desmoronamento do «socialismo real», apesar das reformas implantadas por sucessivos governos.

Livres do «efeito-demonstração» provocado pelas conquistas sociais do bloco socialista e tirando proveito da crise atual verificada no mundo do trabalho e no sindicalismo – cujos principais indicadores são os altos índices de desemprego, os baixos níveis salariais e, ao contrário de outros tempos, a reduzida eficácia dos métodos de luta tradicionais, como greves e mobilizações populares -, atualmente as até agora afortunadas sociais-democracias têm dado menos ênfase ao bem-estar social, reduzindo ainda mais o desenvolvimento planejado e ampliando a exploração dos trabalhadores. Desobrigado de substancial parcela das funções sociais que antes desempenhava, o Estado Liberal ressurgido deverá aproximar-se ainda mais dos grandes grupos econômicos civis e militares, internos e externos, desenhando-se assim um cenário de dificuldades crescentes para a os trabalhadores e para a população como um todo.

Em países como o Brasil a globalização faz prever um cenário ainda mais pessimista em termos sociais. No plano econômico, a curto prazo, não são esperados novos ciclos desenvolvimentistas, porque as crises financeiras globalizadas exigem a adoção constante de medidas recessivas de contenção inflacionária que dificultam a viabilização do crescimento econômico. No plano político não se consegue avançar na democratização porque o autoritarismo historicamente constituído entranhou-se nos meandros do poder, consolidando aspectos importantes de uma estrutura neo-patrimonialista cujo principal traço é a privatização da esfera pública.

Ilha Solteira, usina ou cidade, não foi capaz de promover o desenvolvimento regional que os ideólogos do bem-estar social preconizavam. O núcleo urbano não se transformou, tampouco, no grande polo de desenvolvimento nacional que o

desenvolvimentismo totalitário aspirava ou com o qual os utopistas das cidades planejadas sonhavam. Enquanto usina, tornou-se parte integrante da infra-estrutura de apoio à expansão capitalista, concentrada principalmente na região da Grande São Paulo, enquanto cidade pode ser considerada um resíduo do período autoritário, um entulho imposto à região de Urubupungá pela CESP e que deverá manter-se por longo tempo, sem que se vislumbrem perspectivas de integração.

A oposição entre os interesses da obra e os da cidade deve ser relativizada porque no final tanto a «obra» como a «cidade» atingiram sua meta principal: a construção da usina e a municipalização. A contradição mais importante deu-se na verdade entre a «obra» e a «região» até o término da construção da usina, prosseguindo depois entre «cidade» e «região»: entre «CESP», enquanto representante da «obra» e da «cidade» e «Pereira Barreto», enquanto representante da «região». Neste caso o embate envolveu perdas e ganhos, cujo cálculo a grosso modo revela que as perdas ficaram com Pereira Barreto e região e os ganhos com a CESP, as empreiteiras e Ilha Solteira.

Contada pela CESP e por boa parte de sua população a história de Ilha Solteira é um relato de sucessos. No primeiro momento (1952-1973), foi um marco da engenharia brasileira, uma obra de grande vulto que permitiu aumentar a oferta de energia elétrica no Estado de São Paulo e no Brasil, contribuindo para atender à demanda que o crescimento econômico exigia. A seguir (1974-1985), apoiou outras obras, contribuindo para a construção de usinas importantes, como Água Vermelha e Três Irmãos/Canal de Pereira Barreto. E, finalmente, Ilha Solteira conseguiu transformar-se em cidade, graças à política social da CESP e às lutas emancipatórias empreendidas por sua população.

A história de Ilha Solteira é vista de outra maneira, se contada pela gente de Pereira Barreto. O projeto da usina foi imposto à região de Urubupungá pelos governos federal (através do Ministério da Agricultura e da CIBPU) e estadual (através da CELUSA e da CESP), pressionados por interesses de regiões distantes, como a Grande São Paulo, empreiteiros e empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos pesados, sem ouvir os municípios afetados. A construção da usina e do acampamento desconsiderou as sugestões daquele município, que também não foi ouvido quando a CESP planejou e construiu a usina de Três Irmãos e o Canal de Pereira Barreto, o que provocou sua inundação parcial. A municipalização do distrito também foi imposta à região, principalmente a Pereira Barreto, de quem foi tirada uma importante fonte de subsistência, a usina de Ilha Solteira, responsável por polpudo ICMS. Apesar de inferiorizado o município até que tentou impedir a emancipação, mas faltaram-lhe forças para enfrentar a CESP: parcialmente inundado e economicamente esvaziado, Pereira Barreto morreu para que Ilha Solteira pudesse nascer.

Despida de alguns exageros a versão de Pereira Barreto é plenamente justificada. Não se nega a importância da usina de Ilha Solteira na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, mas pode-se questionar a forma autoritária como foi implantada – imposição à população regional atingida e exploração da mão-de-obra regional utilizada – e o direcionamento da energia gerada exclusivamente para a região da Grande São Paulo, quando uma ínfima parcela poderia ter sido utilizada como estímulo à industrialização da região de Urubupungá. Não se poderia igualmente negar à CESP e à população de Ilha Solteira o direito de construir uma cidade, desde que não à custa do sacrifício de outros municípios.

A perspectiva atual de privatização do setor elétrico paulista não dá esperanças de correção dos desvios cometidos, que implicaria em indenizar Pereira Barreto e outros

municípios da região de Urubupungá pelos prejuízos sofridos, em dinheiro ou em obras de reparação. Embora não se deva descartar a ocorrência de pequenos avanços na cidadania deverão ser priorizados os interesses de grupos restritos e secundarizadas reivindicações sociais, regionais ou municipais, de forma que o mais provável é o desenvolvimento de um processo de elitização de Ilha Solteira às custas de um empobrecimento ainda maior da região de Urubupungá.

## RESUMO

Este trabalho estuda as relações entre economia e política no Brasil na 2ª metade do século XX a partir da análise da história da usina e da cidade de Ilha Solteira, ambas situadas na região oeste do Estado de São Paulo. A usina fica no rio Paraná, na divisa dos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, enquanto o acampamento foi instalado no município de Pereira Barreto. A história começa em 1952 com o projeto de construção da usina e termina em 1992 com a transformação do acampamento de obras em cidade.

Trata-se de uma história de riqueza, que se concentrou num pequeno número de empresas e pessoas e, ao mesmo tempo, de uma história de poder, também exercido por grupos minoritários. Os perdedores, tanto no plano econômico como político, foram os trabalhadores menos especializados, os moradores mais pobres e os municípios da região.

Ilha Solteira constitui um capítulo da industrialização brasileira, tendo sofrido grande influência da ditadura (1964-1985), especialmente na construção da usina (1968-1973). A CESP – Cia. Energética de São Paulo – empresa responsável pelo empreendimento usina-cidade, comandou a municipalização de Ilha Solteira, que no entanto se deu às custas do município de Pereira Barreto e da região de Urubupungá.